

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DESEMPREGO NO PARANÁ DURANTE O**  
**PLANO REAL**

**CURITIBA**

**2004**

**EMERSON ANTONIO FELIX**

**DESEMPREGO NO PARANÁ DURANTE O**

**PLANO REAL**

Monografia apresentada como requisito parcial  
para conclusão do curso de Ciências  
Econômicas, Setor de Ciências Sociais  
Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Mariano Matos Macedo

**CURITIBA**

**2004**

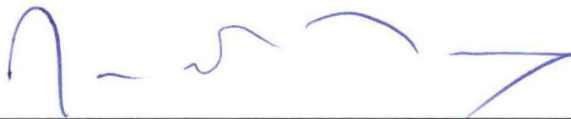
# TERMO DE APROVAÇÃO

EMERSON ANTONIO FELIX

## DESEMPREGO NO PARANÁ DURANTE O PLANO REAL

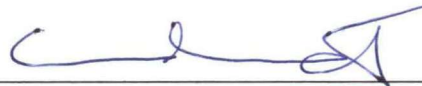
Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de graduação no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador:



Mariano Matos Macedo  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Professor.:



Ademir Clemente  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Professor:



José Moraes Neto  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Curitiba, março de 2004.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>iv</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>v</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>vi</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1 O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA PARANAENSE A PARTIR DE 1994.....</b>	<b>2</b>
1.1 APRESENTAÇÃO DO PLANO REAL.....	2
1.2 DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ.....	4
<b>2 O DESEMPREGO NA ECONOMIA PARANAENSE.....</b>	<b>10</b>
<b>3 ESTRUTURA INDUSTRIAL: BRASIL E PARANÁ.....</b>	<b>19</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>27</b>

Dedico este trabalho a minha mãe e minha esposa.  
Agradeço os momentos de força e compreensão.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS NO PARANÁ – 1999 – JULHO/2003.....	07
TABELA 2 -	VALOR ADICIONADO A PREÇO BÁSICO, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE NO PARANÁ – 1994 - 2000.....	08
TABELA 3 -	PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL E PARANÁ A PREÇOS CORRENTES DE MERCADO – 1994 – 2000.....	09
TABELA 4 -	EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO – 1994 – 2000.....	10
TABELA 5 -	TAXA DE DESEMPREGO – PARANÁ – 1992/2001.....	14
TABELA 6 -	DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA OCUPAÇÃO – PARANÁ – 1992/2001.....	15
TABELA 7 -	REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA: COMPARAÇÃO ENTRE O TOTAL DE EMPREGOS ANUNCIADOS E OS GERADOS ATÉ O ANO 2000, PARA ESTABELECIMENTOS DO GÊNERO MATERIAL DE TRANSPORTES.....	17
TABELA 8 -	ESTRUTURA DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL E PARANÁ, SEGUNDO DIVISÃO DE ATIVIDADES - 1996 A 1999 (TOTAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO = 100.....	20
TABELA 9 -	ESTRUTURA DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL NO PARANÁ , SEGUNDO GÊNEROS DA INDÚSTRIA - 1970 A 1999 (TOTAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO = 100).....	24

## RESUMO

Este trabalho apresenta as transformações ocorridas no mercado de trabalho durante o Plano e seus impactos sobre a economia paranaense. Políticas de liberalização comercial e de fluxos de capitais, de austeridade fiscal e políticas monetárias contracionistas predominaram no período. O crescimento econômico baixo elevou as taxas de desemprego do país. Assim como o Brasil, a economia do estado do Paraná apresentou diversas transformações durante o Plano Real. A principal delas foi a industrialização pesada na Região Metropolitana de Curitiba. O estado que até então era uma economia centrada na agricultura passou a apresentar números significativos para o setor industrial.

O trabalho foi dividido em três capítulos: a primeira apresenta o desenvolvimento da economia paranaense a partir de 1994; a segunda o desemprego no estado e a terceira parte uma comparação das transformações estruturais entre Brasil e Paraná. Por fim, chega-se a conclusão de que o setor industrial passou por grandes mudanças, aumentando sua produtividade e que o estado do Paraná, embora tenha gerado desemprego, apresentou menores taxas que as do Brasil.

## LISTA DE SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEFET-PR	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios-Econômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados

## INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi marcada pelas inúmeras transformações ocorridas em nível mundial, nacional e estadual. Políticas de liberalização comercial e de fluxos de capitais, de austeridade fiscal e políticas monetárias contracionistas predominaram no período, principalmente de meados da década em diante. Tais políticas juntamente com a inserção mundial trouxeram instabilidade macroeconômica durante épocas de crises externas. Mediante tal situação, o quadro do emprego e desemprego se alterou. O crescimento econômico baixo elevou as taxas de desemprego do país. Números que antes pareciam inatingíveis se tornaram reais.

Assim como o Brasil, a economia paranaense apresentou diversas transformações durante o Plano Real. A principal delas foi a industrialização pesada na Região Metropolitana de Curitiba. O Paraná que até então era uma economia centrada na agricultura passou a apresentar números significativos para o setor industrial.

Mediante as transformações ocorridas, o presente trabalho visa estudar e representar as mudanças na economia do Paraná nos últimos anos, dando-se ênfase ao aumento do desemprego estadual, principal objetivo do mesmo.

Portanto, para melhor apresentação, o trabalho foi dividido em três capítulos: i) o desenvolvimento da economia paranaense a partir de 1994; ii) o desemprego na economia paranaense e iii) as mudanças apresentadas na estrutura industrial paranaense. No primeiro capítulo, destaca-se a evolução da economia paranaense entre 1994 e 2002, também fazendo uma rápida explicação sobre as mudanças econômicas brasileiras. O segundo capítulo traz as principais mudanças no que se refere ao desemprego no país e Estado do Paraná, ainda enfatizando a intenção do governo estadual na geração de novos postos de trabalho. O terceiro e último capítulo faz uma análise sobre o valor de transformação industrial no estado, trazendo dados comparativos entre Brasil e Paraná. Por fim, chega-se a conclusão deste trabalho.

## **1 O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA PARANAENSE A PARTIR DE 1994**

O primeiro capítulo deste trabalho visa apresentar, um estudo sobre as condições econômicas em que se encontrou o Paraná no período de 1994 a 2002.

Para isto, foi dividido em duas partes. A primeira orienta a leitura através da apresentação do Plano Real implantado em julho de 1994, relata a estabilização ancorada na sobrevalorização do Real e a abertura comercial, a qual teve grande influência no desemprego paranaense.

Por fim, apresenta-se a segunda parte, voltada ao Paraná, ou seja, ao crescimento e desenvolvimento do Estado, o que, por sua vez, tem importância na determinação do nível de emprego.

### **1.1 APRESENTAÇÃO DO PLANO REAL**

A economia, num contexto mundial, passou por transformações partindo-se da década de 1980, diante das ideologias neoliberais e da globalização defendidas pelas grandes potências econômicas mundiais. Dentre os ideais defendidos, estão a liberalização econômica, tanto dos fluxos comerciais quanto dos de capital, a defesa das privatizações de empresas públicas e a utilização de políticas recessivas, tanto no âmbito fiscal como no monetário. Estes e outros ideais liberais foram ainda mais disseminados a partir do Consenso de Washington.

O Brasil, assim como diversos países emergentes, foi influenciado a adotar tais pensamentos, o que provocou diversas mudanças no país. Já a partir do governo Collor, com a abertura comercial, através da diminuição e eliminação de tarifas de comércio, e os primeiros passos para as privatizações, é que os ideais neoliberais começaram a disseminar no Brasil. A partir de 1994, com o plano de estabilização econômica, implantado pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso,

que tornou-se Presidente da República logo em seguida, tanto a abertura comercial quanto as privatizações continuaram, num nível ainda maior.

O Plano Real, que teve como objetivo principal o controle da inflação, utilizou-se da âncora cambial e da taxa de câmbio supervalorizada, para a estabilização inflacionária. A taxa de câmbio valorizada levou a uma abertura comercial ainda maior, pois, permitiu maior concorrência com os produtos importados. Tal situação gerou efeitos negativos à economia brasileira, principalmente no que diz respeito ao setor produtivo. Outro custo altíssimo ao mesmo setor produtivo, foram as elevadas taxas de juros aplicadas pelo Banco Central para a manutenção da taxa de câmbio. Segundo LOURENÇO (p. 05, 2000) "a fixação dos juros no patamar estratosférico de 122% ao ano, em julho de 1994, atraiu enorme massa de capitais externos especulativos, provocando sobrevalorização do câmbio, aumento da dívida pública interna e elevação do déficit em transações correntes do país".

Embora a taxa básica de juros não tenha permanecido por muito tempo no patamar citado, permaneceu durante todo o período, desde a implantação do plano até os últimos meses, em níveis que não se relacionam à realidade brasileira. A política monetária recessiva, que inicialmente foi utilizada para manter o fluxo de capital externo e conseqüentemente a taxa cambial valorizada, e que de meados de 1999 passou a ser utilizada como âncora monetária para atingir as metas de inflação no novo regime monetário adotado, trouxe problemas à economia brasileira, principalmente na área social, pois, além de provocar o aumento da dívida pública ocasionou o aumento das taxas de desemprego no país.

Tanto a política monetária já relatada quanto a política fiscal recessiva, juntamente com o desequilíbrio externo causado pelas diversas crises ocorridas, fizeram que o período em estudo fosse marcado pelo baixo crescimento econômico do país. Com a incapacidade de sustentar o crescimento o país apresentou resultados negativos quanto ao emprego, que chegou em níveis nunca antes alcançados.

Com relação à influência da abertura comercial na economia brasileira deve-se destacar dois aspectos importantes ocorridos: a modernização da estrutura produtiva do país e a entrada de novos investimentos diretos no país.

A abertura comercial, sob taxa cambial valorizada e controle inflacionário, permitiu a modernização do sistema produtivo brasileiro. A incorporação de novas tecnologias provocou a substituição da mão-de-obra pela máquina, o que teve efeito positivo sobre a produtividade, porém, gerando desemprego estrutural. Com o aumento da produtividade, a indústria nacional passa a ter maiores condições de concorrer no mercado mundial.

O investimento direto no país foi bastante elevado, tanto devido às privatizações de alguns serviços públicos quanto à instalação de novas empresas multinacionais no Brasil, com destaque para algumas montadoras de veículos. O investimento na modernização da produção assim como em novas plantas industriais, sejam elas nacionais ou não, é feito devido ao controle inflacionário, que permitiu ao empresariado melhor condição de planejamento e possibilidade de previsão dos resultados futuros.

## 1.2 DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

Quando analisadas as transformações no Paraná durante a década de 1990 e mais especificamente a partir de meados de 1994, destaca-se a remodelação produtiva do Estado. De uma economia cujo principal empreendimento estava no agronegócio, com as mudanças ocorridas passou a um estágio de desenvolvimento econômico centrado na industrialização. LOURENÇO (p. 57, 2000) destaca que "o processo de mudança estrutural da economia do Paraná decorreu da inserção plena do Estado no caminho favorável trilhado pela economia brasileira, desde o lançamento do Real em julho de 1994 e o aprofundamento da liberalização comercial em fins de 1994".

Mesmo que os resultados tenham sido positivos a partir das mudanças na economia, o Paraná também sofreu, assim como todo o país, com as políticas adotadas pelo governo brasileiro. Um exemplo disso é que o desemprego aumentou durante o período citado. Porém, este assunto será tratado mais adiante.

Não apenas o cenário macroeconômico brasileiro de estabilidade econômica e abertura comercial, possibilitou a reestruturação do Estado, mas também a posição geográfica juntamente com as boas condições de infra-estrutura básica. Além destes, durante o governo Lerner utilizou-se do favorecimento às grandes empresas multinacionais, através da redução de impostos durante determinado período, para atrair os investimentos produtivos no Estado<sup>1</sup>. No caso de algumas indústrias, além da isenção do ICMS durante determinado período, o governo cedeu o terreno e se encarregou dos gastos com água e energia elétrica.

No que diz respeito à infra-estrutura básica, o estado apresenta condições para o escoamento da produção, tanto da forma de transporte rodoviário, ferroviário e marítimo. Deve-se destacar que o governo Lerner no âmbito rodoviário buscou dar melhores condições de ligação, tanto entre as principais cidades do Paraná quanto com outros estados. Como exemplos de ambas situações cita-se o anel de integração modernizando a ligação entre pontos importantes do Estado, e a construção da Ponte de Guaíra. Embora a gestão Lerner tenha trabalhado para a melhoria do Estado, agiu equivocadamente ao conceder as rodovias estaduais para cobrança de pedágios, elevando os custos dos bens estaduais. Além do transporte, outras condições favoráveis para a instalação de indústrias no Estado são as boas condições do Porto de Paranaguá, a oferta de energia elétrica pela Copel e o fornecimento de gás natural originário da Bolívia.

Como já citado, a estabilização econômica conquistada com o Plano Real e a abertura comercial propiciaram ao Brasil a entrada de capital estrangeiro como

---

<sup>1</sup> Os incentivos concedidos pelos governos estaduais com a finalidade de atrair indústrias de grande porte são resultado da guerra fiscal entre os mesmos. As grandes corporações multinacionais geralmente se instalam onde os benefícios concedidos pelo governo são maiores.

investimento direto. Tendo o Paraná a infra-estrutura acima descrita, juntamente com os fortes incentivos fiscais<sup>2</sup>, recebeu segundo MOTIM, FIRKOWSKI E ARAÚJO (p. 365), "importantes capitais ligados principalmente ao setor automotivo". Tais investimentos tornaram o Estado no segundo maior pólo automobilístico do país, atrás apenas de São Paulo. As principais montadoras instaladas foram a Renault, a Audi-Volks e a Chrysler, porém, os investimentos não pararam por aí, pois, diversos fornecedores acompanharam as fábricas principais. De acordo com a tabela 01 a produção de veículos no Paraná mais que triplicou quando comparados os anos de 1999 e 2000. Se comparado como ano de 2001, a produção quadruplicou no ano. Já em 2002, devido ao desaquecimento da economia brasileira, a produção caiu, porém, ainda permaneceu muito acima daquilo que era produzido até 1999.

Além do setor automotivo, outro que apresentou bom desempenho foi o qual está a indústria de alta tecnologia. "O Paraná é o segundo maior produtor de software do país e responde pela metade da produção de softwares educativos, devido à interação entre centros educacionais e empresas privadas, principalmente Cefet e Siemens" (LOURENÇO, p. 63, 2000). Destaque-se a participação do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET-PR - que preparou mão-de-obra especializada tanto à indústria automotiva como à de software, após firmadas parcerias entre os mesmos e a instituição federal.

---

<sup>2</sup> Os incentivos fiscais concedidos pelo governo estadual faziam parte do Programa Paraná Mais Empregos. Com a redução do ICMS o governo esperava a instalação de novas plantas industriais no Estado o que consequentemente geraria mais empregos, diretos e indiretos ao povo paranaense.

TABELA 01 - PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS NO PARANÁ - 1999-JULHO-2003

Ano	Produção		
	Comerciais Leves	Comerciais Pesados	Automóveis de Passageiros e de Uso Misto
1999	4677	4176	41864
2000	4945	6272	132149
2001	1755	5854	169441
2002	5063	5552	131285
2003	4877	3308	77383
Janeiro	528	399	11354
Fevereiro	789	486	13218
Março	712	466	12386
Abril	636	398	10499
Mai	821	560	13296
Junho	799	405	9901
Julho	592	594	6729

FONTE: ANFAVEA

Mesmo com a representativa mudança ocorrida a nível produtivo no Estado, o agronegócio não perdeu sua importância na economia estadual. Ganhou investimentos para modernização de estruturas tendo ainda com o objetivo de melhorar a eficiência, produtividade e competitividade, itens de grande relevância para quem deseja permanecer inserido no comércio globalizado. Um dos motivos para a necessidade de mudanças de caráter administrativo é que muitas empresas no Paraná são de administração e produção familiar de baixa produtividade.

Ainda sobre o agronegócio, porém, referindo-se ao trabalho no campo, o período é de modernização, tanto de técnicas quanto de equipamentos, o que possibilitou no aumento expressivo da produtividade. Segundo LIBARDI e DELGADO (p. 54, 1999) "ao mesmo tempo que os pequenos produtores foram os mais atingidos pelas mudanças recentes, são eles que responderam por 82% do incremento no estoque de tratores, no período 1985-1995, detendo, neste último ano, 69% do número de tratores". Com a introdução de novas técnicas de plantio associada com a modernização das lavouras a necessidade de mão-de-obra sofre redução, até mesmo naquelas unidades produtivas de base no trabalho familiar.

A transformação da economia paranaense ocorrida no processo de industrialização do Estado acarretou numa alteração significativa nos indicadores econômicos como valor adicionado, o Produto Interno Bruto – PIB - e de comércio exterior, mais precisamente nas exportações paranaenses.

Quanto ao valor adicionado na economia paranaense, considerando os três setores, agropecuária, indústria e serviços, pode-se observar através da tabela 02 o crescimento dos mesmos entre os anos 1994-2000, com o incremento de 158,40% (agropecuária), 189,90% (indústria) e 194,30% (serviços). No que se refere à indústria, a de transformação foi a que mais influenciou no aumento, principalmente nos anos de 1999 e 2000, anos em que as montadoras de automóveis começaram sua produção no Estado. Já no setor de serviços, os ramos de atividade que apresentaram maior destaque foram o comércio, aluguéis, administrações públicas e saúde e educação mercantil.

TABELA 02 - VALOR ADICIONADO A PREÇO BÁSICO, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE. NO PARANÁ - 1994-2000

CLASSERAMOSDEATIVIDADE	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	VARIAÇÃO
	R\$Milhões	R\$Milhões	R\$Milhões	R\$Milhões	R\$Milhões	R\$Milhões	R\$Milhões	1994/2000 (%)
AGROPECUÁRIA	3.233,17	3.322,36	5.901,53	7.051,96	7.601,52	8.223,54	8.353,83	158,38
INDÚSTRIA	8.704,31	14.916,52	17.765,72	19.158,68	31.352,61	23.142,76	25.232,08	189,88
INDÚSTRIAEEXTRATIVAMINERAL	6,20	11,63	11,00	11,99	8,92	9,25	15,25	145,97
INDÚSTRIADETRANSFORMAÇÃO	5141,87	8.322,07	9.598,68	9.598,50	9.879,29	12.431,41	14.616,62	184,27
CONSTRUÇÃO	2.375,51	4.892,90	5.796,15	7.081,58	7.741,46	7.271,60	6.885,98	189,87
SERVÍCIOS	1.181,74	1.749,92	2.341,90	2.472,61	2.722,94	3.430,40	3.714,29	214,57
SERVIÇOS	9.357,06	18.028,64	21.682,20	24.083,64	35.327,94	26.912,05	27.555,21	194,49
COMÉRCIO	1.778,27	3.091,71	3.365,48	3.681,45	3.746,57	3.877,76	4.477,60	151,80
ALOJAMENTOALIMENTAÇÃO	397,19	1.032,86	1.090,88	1.039,78	1.097,61	741,81	739,41	86,16
INTERMEDIARIOSFINANCEIROS	2.332,72	2.018,07	1.804,36	2.058,38	2.655,92	2.718,53	2.818,47	218,2
COMUNICAÇÕES	308,01	581,88	801,57	917,73	974,78	1.581,13	1.101,36	237,73
TRANSPORTES	598,11	829,48	1.081,17	1.279,49	1.305,01	1.313,55	1.263,33	113,00
ALUGUEIS	1.161,11	4.741,91	6.157,92	7.233,54	8.075,17	7.831,64	8.221,46	616,24
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	1.956,19	4.147,33	5.271,04	5.480,69	6.063,13	6.392,86	6.353,50	224,79
SÁUDE, EDUCAÇÃO MERCANTIL	566,96	1.139,45	1.533,09	1.651,38	1.655,99	1.697,25	1.713,76	187,08
OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	146,13	285,33	371,54	457,92	488,25	502,12	509,04	248,35
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	81,37	161,63	188,16	233,28	255,50	271,40	298,29	253,55
TOTAL GERAL	21.234,55	36.237,52	45.329,46	50.241,28	54.281,07	58.278,35	61.141,12	187,12

FONTE: CONTAS REGIONAIS DO BRASIL – IBGE/IPARDES

O PIB paranaense, somatório do valor da produção realizada dentro das fronteiras geográficas estaduais, apresentou um crescimento acumulado de 28%, enquanto que o do Brasil foi de 21% entre o início do Plano Real e o ano 2000. No mesmo período, a participação do PIB do Paraná no nacional, em média, permaneceu em torno de 6%, conforme a tabela 03 em valores absolutos, o PIB paranaense passou de R\$ 21,3 bilhões em 1994 para algo em torno de R\$ 66 bilhões em 2000.

TABELA 03 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL E PARANÁ A PREÇOS CORRENTES DE MERCADO – 1994-2000

Anos	Produto Interno Bruto			Participação PR/BR (%)	Variação Real Anual (%)	
	Unidade	Brasil	Paraná		Brasil	Paraná
1994	R\$ milhões	349.205	21.304	6,10	5,90	5,50
1995	R\$ milhões	646.191	38.369	5,94	4,20	1,80
1996	R\$ milhões	778.886	47.720	6,13	2,70	7,20
1997	R\$ milhões	870.743	52.849	6,07	3,30	0,90
1998	R\$ milhões	914.187	56.798	6,21	0,10	5,30
1999	R\$ milhões	973.845	61.724	6,34	0,80	2,30
2000	R\$ milhões	1.101.255	65.969	5,99	4,40	5,06

FONTE: CONTAS REGIONAIS DO BRASIL – IBGE/IPARDES

O Paraná, que possui entre seus maiores parceiros comerciais a União Européia, os Estados Unidos, a Ásia, o Oriente Médio e o Mercosul, teve suas exportações impulsionadas por dois fatores: a instalação de indústrias automotivas, que além de atender o mercado nacional tinham como objetivo alcançar novos mercados na região, e a influência da mudança conjuntural no Brasil a partir de 1999, devido à forte desvalorização cambial e mudança de regime cambial.

De acordo com a tabela 04 as exportações de produtos básicos advindos da agricultura, em média, tiveram uma participação maior nas exportações paranaenses, quando comparados aos produtos industrializados manufaturados, se considerado o período desde o início do Plano Real até 1999, ano de início da produção de veículos das novas montadoras instaladas. Já de 2000 em diante, a participação da indústria de manufaturados nas exportações sofre alteração, tanto em valores de participação quanto em valores absolutos. De US\$ 1.081.457 milhões em exportações de bens manufaturados em 1994 passa para US\$ 2.574.063 milhões em 2002, um acréscimo de 138% nas exportações. Porém, não apenas a indústria apresentou bons resultados. As

exportações de produtos básicos tiveram um incremento de 63% no mesmo período. Ainda sobre as exportações de produtos básicos, ocorre um grande salto nos valores de 2000 para 2001. Isto deve-se ao fato da maior exportação de grãos, principalmente milho e soja. Se considerado o total das exportações, o aumento foi de 63% no período 1994-2002.

TABELA 04 – EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO – 1994-2002

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL
			Seminíferados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1994	1.459.424	41,62	487.597	13,90	1.538.079	43,86	21.649	0,62	3.506.749
1995	1.439.114	40,34	646.613	18,13	1.463.107	41,01	18.511	0,52	3.567.345
1996	2.081.290	49,02	576.582	13,58	1.502.959	36,81	24.974	0,59	4.245.906
1997	2.524.244	52,00	560.259	11,54	1.741.015	35,87	28.727	0,59	4.854.245
1998	1.918.814	45,38	665.062	15,73	1.614.175	38,18	29.944	0,71	4.227.996
1999	1.735.679	44,14	626.797	15,94	1.528.134	38,86	41.954	1,07	3.932.564
2000	1.661.224	37,82	498.625	11,35	2.156.708	49,10	75.534	1,72	4.392.091
2001	2.380.929	42,89	561.344	10,55	2.414.089	45,40	61.247	1,15	5.317.509
2002	2.383.978	41,82	668.700	11,73	2.574.063	45,16	73.368	1,29	5.700.199

FONTE: MDIC/SECEX

## **2 O DESEMPREGO NA ECONOMIA PARANAENSE**

A reestruturação econômica ocorrida no Brasil durante o Plano Real, já citada e comentada nos capítulos anteriores, apesar de ter alcançado seu objetivo principal, foi responsável pelo expressivo aumento do desemprego durante o período. Prova disso é que tanto as pesquisas do IBGE quanto da fundação SEADE/DIEESE, Pesquisa Mensal de Emprego – PME - e Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED-, respectivamente, apresentaram taxas nunca antes atingidas.

A política macroeconômica adotada, principalmente a monetária restritiva, teve significativa influência na precarização das taxas de emprego e desemprego. Mas não foi apenas a política monetária que causou a redução dos postos de trabalho. Pode-se dizer que o conjunto de políticas adotadas no Plano Real influiu de forma negativa nos níveis de emprego. Refere-se ao conjunto porque, além da política monetária recessiva, a abertura comercial e as privatizações foram determinantes na alteração da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro.

Com a política monetária restritiva durante quase todo período estudado, veio a incapacidade do governo em gerar o crescimento econômico, conseqüentemente causando desemprego. No caso brasileiro, as taxas de crescimento deveriam ficar em torno de 4% ao ano para que a economia gerasse empregos para aqueles que estão adentrando no mercado de trabalho. Porém, o crescimento médio da economia do país na década de 1990 ficou em torno de 2% ao ano. Com uma política de altas taxas de juros, cai o nível de atividade econômica, o crescimento econômico fica impossibilitado de acontecer e o aumento do desemprego torna-se realidade.

A abertura comercial no Brasil, devido à taxa cambial valorizada, influiu no desemprego a partir do momento em que os produtos estrangeiros passaram a concorrer com os nacionais. Como a partir de 1994 as perdas salariais foram extintas com a estabilização econômica, o consumo e, conseqüentemente, a demanda agregada aumentaram. Como conseqüência, as importações foram crescentes. Segundo

MERCADANTE (p. 156), “a desarticulação de parte da indústria e da agricultura e a própria reestruturação baseada fundamentalmente nas importações elevaram os níveis de desemprego”.

Outras mudanças que tiveram impacto sobre o mercado de trabalho brasileiro são referentes aos investimentos externos, principalmente na instalação de empresas multinacionais e com as privatizações de empresas públicas. A entrada de empresas cujo grau de modernização tecnológica e administrativa encontravam-se num nível mais elevado que os padrões internos, fez que as nacionais tivessem que passar por reestruturação até alcançar os níveis mínimos necessários para competir em igualdade. Sobre tal assunto QUADROS e POCHMANN (p. 20, 1997) destacam que:

“A adoção de diversos programas de gestão da produção e de reorganização de uso e remuneração da mão-de-obra, como diminuição de hierarquias funcionais, subcontratação de mão-de-obra, terceirização de atividades, alianças mercadológicas, gestão participativa, remuneração e jornada de trabalho variável, entre outros, conformaria novo condicionante à demanda de trabalhadores. A expansão heterogênea de ocupação entre segmentos organizados e não organizados pode ser um reflexo da alteração na demanda de mão-de-obra.”

Além do aumento elevado das taxas de desemprego no país, o mercado-de-trabalho sofreu um grau de precarização, principalmente pela diminuição dos postos de trabalho formal nos diferentes setores da economia. MERCADANTE (p. 157) destaca que “segundo os dados do próprio IBGE, o nível de emprego industrial se reduziu em aproximadamente 35%, entre 1990 e 1997. No setor de serviços, o sistema financeiro reduziu o emprego formal em 21%, fechando mais de 320.000 postos de trabalho”. A redução dos postos de trabalho formal elevou a expansão do trabalho informal, do trabalho autônomo e do pequeno negócio. Ao realizar um trabalho informal, o indivíduo não pode usufruir benefícios garantidos por lei, como férias remuneradas,

por exemplo. “O desempenho cada vez mais desfavorável, à partir de 1993, para os trabalhadores implica em precarização das relações de e condições de trabalho, a partir do desenvolvimento de ocupações sem vínculos formais e regulares e de auto-ocupações de baixo rendimento” (QUADROS e POCHMANN, p. 22, 1997).

Ainda sobre a precarização do mercado de trabalho, outros indicadores como taxa de rotatividade e o tempo de procura pelo emprego, demonstra a elevação da mesma. Significam, respectivamente, o período de tempo que o trabalhador permanece no emprego e a quantidade de tempo que o desempregado leva para voltar a trabalhar.

Cabe ainda destacar que a mão-de-obra desqualificada foi a que mais sofreu com o desemprego, dentre os quais estão aqueles com baixo nível de escolaridade. Com a reestruturação das empresas, os trabalhadores que perderam o emprego por incapacidade técnica, tiveram que passar por reciclagem a fim de atualização, tanto para voltar ao seu antigo emprego como para procurar outro. Um ponto importante a considerar é que, com a reestruturação econômica e a supressão de postos de trabalho na indústria, o setor de serviços é que teve que absorver a maior parte destes desempregados. Nesta situação o dinamismo e a capacidade de adaptação do trabalhador é que conta na busca de um novo emprego.

Assim como na economia brasileira, o Paraná apresentou índices negativos de desemprego. De acordo com a tabela 5, a População em Idade Ativa – PIA - cresceu mais que a População Economicamente Ativa – PEA. Enquanto a primeira apresentou uma taxa de crescimento de 1,92% entre 1992 e 2001, a PEA cresceu 1,74%. O maior crescimento relativo no período foi o de desocupados, passando de 236 mil para 392 mil pessoas.

No que se refere ao emprego formal, LOURENÇO (p. 65, 2000) destaca que, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED - do Ministério do Trabalho, “o contingente ocupado no mercado de trabalho formal no Paraná decresceu 1,24%, representando o fechamento de 35.657 postos.”

TABELA 5 – COMPARATIVO DE CRESCIMENTO DA PIA, DA PEA, DOS OCUPADOS E DOS DESOCUPADOS – PARANÁ – 1992/2001

Grupos Populacionais	1992	2001	Taxa de Crescimento Geométrico Anual – 1992/2002 (%)
População em Idade Ativa – PIA	6.690.179	7.937.658	1.92
Homens	3.344.414	3.907.483	1.74
Mulheres	3.345.765	4.030.175	2.09
População Economicamente Ativa - PEA	4.379.061	5.115.956	1.74
Homens	2.684.111	2.971.736	1.14
Mulheres	1.694.950	2.144.220	2.65
Ocupados	4.142.728	4.723.545	1.47
Homens	2.552.675	2.779.614	0.95
Mulheres	1.590.053	1.943.931	2.26
Desocupados	236.333	392.411	5.80
Homens	131.436	192.122	4.31
Mulheres	104.897	200.289	7.45

FONTE: IBGE-PNAD

Mesmo apresentando os números negativos quanto ao mercado de trabalho, quando comparado aos índices para o Brasil e demais unidades federativas, a situação do Paraná foi um pouco melhor. Isso devido à influência das políticas de industrialização do Estado e conseqüentemente a reestruturação econômica estadual. Como já citado no primeiro capítulo, o governo Lerner concedeu incentivos à instalação de novas indústrias no Estado. O principal objetivo dos incentivos à industrialização foi à geração de novos empregos, tanto direta quanto indiretamente. Em parte tal objetivo alcançado. Em parte porque principalmente no caso da indústria automotiva, nem todos os postos de trabalho esperados foram gerados.

A reestruturação da economia paranaense entre os anos 1994 e 2002 teve influência sobre todos os setores da economia. Porém, os setores que perderam maior número de postos de trabalho foram o agrícola e o industrial.

A redução do trabalho no campo foi diretamente influenciada pelas inovações técnicas de produção e tecnológicas da década de 1990. Segundo a tabela 6 a ocupação no campo sofreu forte redução entre os anos 1992 e 2001. Passou de 35,5% em 1992 para 24% em 2001. Porém, cabe destacar que a maior redução ocorreu entre os anos 1992 e 1996.

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA OCUPAÇÃO – PARANÁ – 1992/2001

Setor de Atividade	1992 (%)	1996 (%)	2001 (%)
Agrícola	35.50	28.80	24.00
Indústria de Transformação	11.00	11.90	12.10
Indústria de Construção	6.00	6.30	6.60
Outras Atividades Industriais	0.90	0.80	0.90
Comércio de Mercadorias	12.30	13.40	14.10
Prestação de Serviços	16.10	17.60	18.80
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	2.60	3.40	4.70
Transporte e Comunicação	3.50	3.50	4.00
Social	6.50	8.60	9.10
Administração Pública	3.90	3.90	4.20
Outras Atividades. Ativ. Mal definidas ou não declaradas	1.70	1.70	1.40

FONTE: IBGE-PNAD

NOTA: Extraído de IPARDES (pág. 49, 2003)

No período, além do incremento no estoque de tratores, novas técnicas de cultivo foram adotadas. Do plantio convencional passou-se ao direto, que origina aumento de produtividade. No plantio direto, reduz-se a demanda pelo trabalho manual. LIBARDI e DELGADO (p. 55, 1999) citam que “nas últimas safras houve um acentuado incremento na adoção do plantio direto nas culturas de soja e milho. Entre as safras de 1996/1997 e 1998/1999, a participação percentual do plantio direto nas culturas de soja e milho, passou, respectivamente, de 44% a 84% e de 23% a 50%”. Considerando que muitas das unidades de produção agrícola do Estado encontram-se na categoria familiar, a reestruturação técnica levou a redução da utilização do trabalho realizado pela própria família.

Na indústria, embora o esforço tenha sido grande para a geração de empregos, os resultados não foram tão expressivos. Primeiramente porque a conjuntura econômica nacional não foi favorável à geração dos mesmos. Depois porque a reestruturação tecnológica e a organizacional, necessárias à competitividade das firmas causaram desemprego estrutural. Sobre o desemprego estrutural, NOJIMA (p. 10, 1995) destaca que “a experiência tem demonstrado que o avanço tecnológico e a reorganização produtiva eliminam postos de trabalho, acarretando o surgimento de dois tipos de emprego no mercado de trabalho: o qualificado e o não-qualificado”.

Quanto à criação de novos postos de trabalho partindo dos investimentos produtivos ocorridos de meados da década de 1990 em diante, deve-se destacar que os investimentos na agroindústria foram responsáveis por grande parte dos empregos criados. O capital nacional investido, principalmente através dos Grupos Meneguette, Dagraña, Comaves e Globoaves, na produção de itens alimentares tem a capacidade de gerar grande número de empregos por se tratar de setores de mão-de-obra intensiva.

Tratando especificamente dos novos investimentos na indústria automobilística, que levou ao crescimento da indústria de transformação do ano 2000 em diante, o mesmo não foi capaz de grandes mudanças no quadro de emprego vigente até então no Estado e, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), onde se concentraram as maiores parte dos investimentos. MOTIM, FIRKOWSKI e ARAÚJO (p. 379) revelam que “enquanto as antigas empresas se reestruturam, demitem e deixam de criar vagas, as novas unidades trazem um sistema flexível e enxuto de produção, com alta tecnologia, gerando relativamente poucos empregos e maior rotatividade no mercado-de-trabalho”. Os mesmos ainda destacam que “o maior problema que se observa na instalação das indústrias automobilísticas na – Região Metropolitana de Curitiba - RMC não se refere apenas à baixa oferta de empregos diretos, mas, principalmente, à defasagem entre os empregos previstos e aqueles efetivamente criados”.

Antes da instalação das indústrias na RMC, o governo e as empresas firmaram acordos onde, tanto as montadoras quanto às fornecedoras de peças para as montadoras se responsabilizavam em gerar determinada quantidade de empregos diretos. De acordo com os protocolos firmados, as montadoras aproximaram-se das metas estabelecidas. Os números estabelecidos foram de 3.000 empregos para a Audi-Volks, 2.000 para a Renault e 400 na Chrysler. Até dezembro de 2000 os empregos criados foram 3.343, 2.177 e 250, respectivamente. Já no caso das fornecedoras de peças os resultados não foram tão animadores. De acordo com a tabela 7, menos da metade dos empregos prometidos foram criados. De um total de 3.585 prometidos,

foram criados apenas 1.460 empregos, destacando-se que poucas empresas conseguiram atingir a meta pré-estabelecida. Assim, mesmo que a Audi-Volks e Renault tenham gerado mais empregos que o prometido, o resultado da indústria metal mecânica foi negativo até dezembro de 2000.

TABELA 7 – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA: COMPARAÇÃO ENTRE O TOTAL DE EMPREGOS ANUNCIADOS E OS GERADOS ATÉ O ANO 2000. PARA ESTABELECIMENTOS DO GÊNERO MATERIAL DE TRANSPORTES

Estabelecimento	Empregos Previstos	Empregos Criados até 2000	Fornecedor da Montadora
Tritec	1.000	202	Chrysler
Copo	400	46	Renault
Sommer Allibert	350	300	Renault e Audi
Bertrand Faure	300	95	Renault
Brose	270	40	Audi
Detroit Diesel	200	71	Chrysler
Brandl do Brasil	200	40	Audi
Koyo Steening	150	27	Renault
Johnson Controls	130	35	Audi
Edscha	120	115	Audi
Thera	110	45	Renault
Treves	100	196	Renault
Grammer	100	80	Audi
SNP. Roulements	75	75	Renault
Lear Corp.	40	41	Chrysler
Dana	40	52	Chrysler
Total	3.585	1.460	

FONTE: SEID e Federação das Indústrias do Estado do Paraná

NOTA: Extraído MOTIM. FIRKOWSKI e ARAÚJO (pág. 382)

Finalizando a análise do mercado-de-trabalho na economia paranaense, apresenta-se o melhor resultado dentre os setores econômicos. O setor de serviços foi responsável pelo maior crescimento no nível de ocupação entre 1992 e 2001. Tais resultados podem ser vistos na tabela 7 que representa a distribuição setorial da ocupação no Paraná. Novamente destaca-se que o crescimento nos postos de trabalho no setor terciário possibilitou a reintegração de parte da mão-de-obra desempregada pela indústria e agricultura, fazendo que os indicadores de desemprego não fossem ainda piores.

Tratando de números, o diagnóstico da economia paranaense produzido pelo IPARDES (p.49, 2003) expõe o seguinte: “o crescimento do nível de ocupação nos

serviços auxiliares da atividade econômica foi de 8,4% ao ano e os serviços sociais de 5,3% ao ano. Considerando-se o volume de mão-de-obra, o destaque fica, por ordem, com os setores de prestação de serviços, serviços sociais e comércio de mercadorias, os quais, no período, empregaram mais de 541 mil pessoas; em conjunto eles empregaram, em 2001, quase 2 milhões de pessoas (42% do total de ocupados do Estado)”.

A evolução do setor de serviços só foi possível devido à reestruturação econômica e à estabilização econômica ocorrida do ano 1994 em diante. Juntamente à transformação da economia vieram a flexibilização dos contratos de trabalho e a terceirização da mão-de-obra. A terceirização, que possibilita menores custos ao contratante, teve papel importante no incremento da ocupação nos serviços. Sobre os serviços sociais, a necessidade de qualificação dos trabalhadores provocou num elevado crescimento de instituições de ensino particulares no Paraná, tanto em nível médio quanto de terceiro grau. Não que os serviços sociais tenham sido impulsionados apenas por estes empreendimentos, mas que estes tiveram sua parcela no incremento, tiveram. Já o crescimento do comércio foi possibilitado devido à estabilização econômica desde o início do Plano Real. O consumo tanto de bens de primeira necessidade como de bens duráveis teve grande elevação no período. Principalmente pelo fato do poder de compra da moeda ter-se mantido estável. No caso de bens duráveis, o incremento aconteceu mesmo com as elevadas taxas de juros praticadas pelo mercado nas compras parceladas.

### **3 ESTRUTURA INDUSTRIAL: BRASIL E PARANÁ**

Como uma última análise, serão utilizados dados da PIA-EMPRESA – Pesquisa Industrial Anual, do IBGE, para discutir os resultados da participação da indústria paranaense no contexto das transformações que ocorreram na dinâmica espacial da economia brasileira.

A Pesquisa Industrial Anual-Empresa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no país e suas transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando-se como base uma amostra de indústrias nacionais.

A série da PIA teve início em 1966 e apresenta resultados até 1995, em anos intercensitários, à exceção do ano de 1991. A PIA-EMPRESA de 1996, por sua vez, inaugura uma nova concepção da pesquisa, adequada aos parâmetros do novo modelo de produção das estatísticas industriais, comerciais e de serviços. No novo modelo, os censos econômicos quinquenais são substituídos por pesquisas anuais (IBGE, 2003).

O desenho destas pesquisas leva em conta a concentração da atividade produtiva nos segmentos de maior porte, incluindo na amostra todas as empresas industriais com 30 ou mais pessoas ocupadas. As demais empresas, numericamente majoritárias, compõem uma amostra probabilística. A PIA-EMPRESA, em seu novo formato, é a pesquisa estrutural central do subsistema de estatísticas da Indústria (IBGE, 2003).

A classificação de atividades adotada é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE. As Seções C e D (Indústrias Extrativas e de Transformação, respectivamente), definem o âmbito da pesquisa.

Abaixo, apresenta-se o crescimento industrial brasileiro, nos anos de 1996 a 1999, através dos dados, pode-se fazer uma análise comparativa entre o Paraná e o Brasil, no contexto de desenvolvimento sócio-econômico apresentado nos capítulos anteriores.

TABELA 8 – ESTRUTURA DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL E PARANÁ, SEGUNDO DIVISÃO DE ATIVIDADES - 1996 A 1999 (TOTAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO = 100)

DIVISÃO DE ATIVIDADES	1996		1997		1998		1999	
	BR	PR	BR	PR	BR	PR	BR	PR
<b>Indústrias de transformação</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	18,09	28,94	18,72	28,82	18,6	26,04	17,43	22,99
Abate e preparação de produtos de carne e de pescado	2,34	5,87	2,48	3,99	2,8	5,49	2,77	4,81
Processamento, preservação e produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	1,23	0,15	1,44	0,18	1,3	0,21	1,11	0,27
Produção de óleos, gorduras vegetais e animais	1,70	7,88	2,11	9,35	1,4	5,67	1,26	3,73
Laticínios	2,13	2,28	2,03	2,17	2,2	2,09	1,87	1,71
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais	2,17	6,33	1,87	4,83	2,2	5,67	1,92	4,00
Fabricação e refino de açúcar	1,22	0,92	1,48	1,54	1,6	1,43	1,60	1,91
Torrefação e moagem de café	0,57	1,26	0,57	1,77	0,5	1,29	0,37	1,50
Fabricação de outros produtos alimentícios	2,99	2,02	3,31	1,82	3,1	2,07	3,37	2,43
Fabricação de bebidas	3,73	2,22	3,41	3,18	3,6	2,13	3,14	2,63
Fabricação de produtos do fumo	1,13	3,67	1,05	2,71	1,0	2,93	1,08	0,63
Fabricação de produtos do fumo	1,13	3,67	1,05	2,71	1,0	2,93	1,08	0,63
Fabricação de produtos têxteis	3,49	1,90	3,03	1,65	3,2	2,10	3,42	1,58
Beneficiamento de fibras têxteis naturais	0,06	0,18	0,04	0,05	0,1	0,28	0,05	0,07
Fiação	0,73	1,01	0,60	0,92	0,5	0,85	0,63	0,66
Tecelagem - inclusive fiação e tecelagem	1,14	0,31	0,99	0,15	1,1	0,12	1,20	0,13
Fabricação de artefatos têxteis, incluindo tecelagem	0,36	0,19	0,33	0,22	0,3	0,43	0,30	0,31
Serviços de acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis	0,20	0,02	0,16	0,02	0,2	0,02	0,16	0,03
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exclusive vestuário - e de outros artigos têxteis	0,74	0,16	0,67	0,27	0,7	0,36	0,74	0,32
Fabricação de tecidos e artigos de malha	0,26	0,03	0,24	0,04	0,3	0,05	0,34	0,05
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	2,35	1,38	2,16	1,51	2,2	1,76	2,02	1,56
Confeção de artigos do vestuário	2,23	1,25	2,05	1,39	2,1	1,57	1,91	1,36
Fabricação de acessórios do vestuário e de segurança profissional	0,12	0,13	0,11	0,12	0,1	0,19	0,11	0,21
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	2,31	0,81	1,96	0,62	1,9	0,64	2,05	0,63
Curtimento e outras preparações de couro	0,31	0,57	0,30	0,38	0,3	0,46	0,30	0,40
Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro	0,12	0,12	0,12	0,14	0,1	0,10	0,12	0,14
Fabricação de calçados	1,88	0,12	1,55	0,10	1,5	0,08	1,64	0,09
Fabricação de produtos de madeira	1,17	5,13	1,21	5,08	1,2	5,07	1,49	7,17
Desdobramento de madeira	0,39	1,29	0,40	1,48	0,4	1,36	0,51	1,80
Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado - exclusive móveis	0,78	3,85	0,81	3,61	0,8	3,72	0,98	5,38
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3,90	5,48	3,56	4,92	3,6	5,89	4,27	7,25
Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	0,69	0,06	0,64	0,03	0,6	0,05	0,90	0,03
Fabricação de papel, papelão liso, cartolina e cartão	1,14	3,90	1,00	3,30	1,1	4,00	1,38	4,42
Fabricação de embalagens de papel ou papelão	0,88	0,32	0,89	0,82	0,9	1,09	0,99	1,95
Fabricação de artefatos diversos de papel, papelão, cartolina e cartão	1,19	1,20	1,02	0,78	1,0	0,75	1,01	0,85
Edição, impressão e reprodução de gravações	5,09	3,38	5,43	3,07	5,4	5,73	4,43	3,08
Edição, edição e impressão	4,04	2,67	4,41	2,33	4,5	4,75	3,61	2,29
Impressão e serviços conexos para terceiros	0,70		0,63	0,74	0,7		0,62	
Reprodução de materiais gravados	0,34		0,39	0,00	0,2		0,20	
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	5,84	7,65	4,86	6,78	5,3	7,35	8,00	11,47
Coqueiras	0,00		0,00		0,0		0,00	
Refino de petróleo	4,29	5,16	3,49	4,57	4,4	6,09	7,15	10,38
Elaboração de combustíveis nucleares								
Produção de álcool	1,55	2,49	1,37	2,20	0,9	1,26	0,85	1,09
Fabricação de produtos químicos	12,86	6,45	12,70	6,08	13,0	6,03	14,41	6,96
Fabricação de produtos químicos inorgânicos	1,91	3,42	1,76	3,36	1,7	3,01	2,09	4,50
Fabricação de produtos químicos orgânicos	1,37	0,16	1,50	0,28	1,4	0,51	1,81	0,35
Fabricação de resinas e elastômeros	1,30	0,22	1,25	0,24	1,2	0,27	1,30	0,14
Fabricação de fibras, fios, cabos e filamentos contínuos artificiais e sintéticos	0,21	0,00	0,21		0,2	0,00	0,30	0,01
Fabricação de produtos farmacêuticos	3,68	0,21	3,72	0,24	4,0	0,31	3,84	0,40
Fabricação de defensivos agrícolas	0,55	0,89	0,54	0,65	0,6	0,88	0,84	0,41
Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza e artigos de perfumaria	1,87	1,05	1,75	0,63	1,8	0,51	1,85	0,73
Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, laças e produtos afins	0,68	0,16	0,78		0,8	0,26	0,84	0,21



usos médico-hospitalares, odontológicos e de laboratórios e aparelhos ortopédicos	0,30	0,49	0,30	0,45	0,3	0,55	0,31	0,30
Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle - exclusive equipamentos para controle de processos industriais	0,27	0,49	0,26	0,29	0,3	0,39	0,26	0,21
Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos de sistemas eletrônicos dedicados a automação industrial e controle do processo produtivo	0,09	0,01	0,08	0,01	0,1		0,11	0,00
Fabricação de aparelhos, instrumentos e materiais ópticos, fotográficos e cinematográficos	0,10	0,01	0,11	0,01	0,1	0,02	0,13	0,04
Fabricação de cronômetros e relógios	0,13	0,00	0,12	0,00	0,1		0,10	0,00
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	8,14	3,30	8,58	4,04	8,2	5,36	6,39	8,55
Fabricação de automóveis, caminhonetas e utilitários	4,02		4,20	0,00	3,7	0,05	2,43	1,50
Fabricação de caminhões e ônibus	0,72	1,32	0,85	1,64	1,0	1,27	0,89	4,00
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques	0,45	0,35	0,46	0,47	0,4	0,36	0,36	0,40
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	2,83	1,44	2,97	1,81	3,0	3,53	2,63	2,53
Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores	0,12	0,18	0,11	0,12	0,1	0,15	0,07	0,11
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,88	0,23	1,11	0,23	1,2	0,26	1,56	0,05
Construção e reparação de embarcações	0,19	0,02	0,21	0,02	0,1	0,02	0,09	0,01
Construção, montagem e reparação de veículos ferroviários	0,07		0,07		0,1		0,14	0,00
Construção, montagem e reparação de aeronaves	0,20		0,35	0,02	0,5	0,02	0,92	0,01
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,42	0,20	0,49	0,19	0,5	0,23	0,41	0,03
Fabricação de móveis e indústrias diversas	2,31	3,48	2,30	3,27	2,5	4,98	2,13	3,25
Fabricação de artigos do mobiliário	1,41	3,00	1,42	2,54	1,5	4,27	1,24	2,70
Fabricação de produtos diversos	0,90	0,48	0,89	0,74	1,0	0,70	0,89	0,55
Reciclagem	0,04	0,02	0,05	0,03	0,1	0,04	0,05	0,01
Reciclagem de sucatas metálicas	0,03		0,04		0,0		0,04	
Reciclagem de sucatas não-metálicas	0,01		0,01		0,0		0,01	
Outros (2)	0,00	0,81	0,00	0,28	0,0	1,08		0,88

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL-PIA – IBGE

ELABORAÇÃO: IBQP- PR

De acordo com POCHMANN (2001), “A implantação do novo modelo econômico nos anos 90 trouxe implicações significativas para o conjunto das empresas que atuam no Brasil. Por conta disso, ganhou mais importância o processo de reestruturação empresarial, pois com a mudança de conduta nas grandes empresas foram adotados novos programas de gestão da produção, de reorganização do trabalho e de inovação tecnológica. A introdução de novos fundamentos competitivos foi marcada pela busca de maior produtividade do trabalho e inserção externa, por meio da alteração nos preços relativos e da elevação dos investimentos, especificamente nas grandes empresas transnacionais. Mas esse movimento não foi homogêneo”.

Fazendo-se uma análise geral em relação à indústria de transformação no Brasil e Paraná, verifica-se que no decorrer do período (1996-1999), o valor de transformação industrial no Brasil apresentou valores com pequenas variações negativas.

A fabricação de produtos alimentícios e bebidas, por exemplo, apresentava em 1996 o valor de 18,09, tendo se elevado em 1997 para 18,72 e, em 1998 uma pequena queda para 18,6, chegando a 17,43 em 1999.

Foram poucas as atividades que terminaram o ano de 1999 com valores maiores aqueles encontrados em 1996. As transformações industriais continuaram com valores positivos, mas com pequenas variações decrescentes.

Ao contrário, no Paraná, as transformações ocorreram de forma crescente em grande parte das indústrias, mas com pequenas variações.

No início da década de 90, a indústria paranaense sofreu ajustamento do seu tecido industrial para que na segunda metade da década fosse retomado o seu crescimento, o qual foi induzido pela abertura da economia brasileira, entrada de novas tecnologias, juntamente com as Multinacionais.

O impacto de tal ajuste significou, segundo a RAIS do Ministério da do Trabalho e Emprego, uma ampliação entre 1990 e 2000, no número de estabelecimentos comerciais e empregos, de 12.856 para 18.933 e 273.142 para 220.243, respectivamente. Do parque industrial instalado no estado, segundo a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, em 2000, 85% constitui-se de pequenos estabelecimentos, 13,21% de médios e 1,74% de grandes estabelecimentos (IPARDES, 2003).

A análise acima pode ser observada na tabela 9.

TABELA 9 - ESTRUTURA DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL NO PARANÁ ,  
SEGUNDO GÊNEROS DA INDÚSTRIA - 1970 A 1999 (TOTAL DA INDÚSTRIA DE  
TRANSFORMAÇÃO = 100)

GÊNERO DA INDÚSTRIA	1970	1975	1980	1985	1996	1997	1998	1999
<b>Indústrias de Transformação</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Ind. Tradicionais e de Bens de Consumo não-duráveis</b>	<b>36,28</b>	<b>34,45</b>	<b>32,16</b>	<b>33,17</b>	<b>43,74</b>	<b>40,99</b>	<b>42,75</b>	<b>33,14</b>
Mobiliário	4,05	3,61	3,96	2,57	3,22	2,71	4,54	2,90
Couros e Calçados	0,87	0,40	0,41	0,66	0,62	0,41	0,48	0,42
Produtos farmacêuticos	0,00	0,00	0,13	0,15	0,22	0,25	0,33	0,43
Perfumaria	0,34	0,19	0,51	0,52	1,12	0,67	0,54	0,79
Alimentares	24,64	26,51	24,32	26,34	28,64	27,38	25,39	21,81
Bebidas	3,10	1,66	1,13	1,39	2,37	3,39	2,26	2,82
Fumo	0,00	0,00	0,48	0,55	3,94	2,89	3,12	0,68
Editorial e Gráfica	3,27	2,10	1,22	0,99	3,62	3,28	6,09	3,30
<b>Ind. de Bens Intermediários</b>	<b>57,37</b>	<b>55,79</b>	<b>55,52</b>	<b>49,64</b>	<b>34,24</b>	<b>31,19</b>	<b>36,68</b>	<b>42,31</b>
Produtos minerais não-metálicos	7,48	8,35	7,64	5,46	4,00	3,67	4,54	4,45
Metalurgia básica	3,38	3,81	3,80	2,65	4,37	3,74	5,16	4,44
Madeira	23,43	21,00	15,84	7,07	5,50	5,43	5,39	7,68
Papel e Papelão	5,41	5,06	5,92	5,66	5,87	5,26	6,25	7,76
Borracha	0,81	0,66	0,67	0,50	0,38	0,63	0,32	0,34
Química	8,04	10,85	14,92	21,74	9,74	8,48	9,85	13,48
Produtos de Matérias Plásticas	0,00	1,55	1,50	1,56	2,36	2,23	2,95	2,46
Têxtil	8,81	4,51	5,22	4,99	2,02	1,75	2,21	1,69
<b>Ind. de Bens de Capital e Consumo Duráveis</b>	<b>6,35</b>	<b>9,75</b>	<b>12,31</b>	<b>17,19</b>	<b>22,02</b>	<b>27,83</b>	<b>20,57</b>	<b>24,55</b>
Mecânica	3,42	5,52	4,95	5,52	8,59	9,70	6,96	8,10
Material Elétrico e de Comunicações	0,56	1,30	3,93	6,21	8,11	11,82	5,74	5,43
Material de Transporte	1,84	2,12	2,12	4,09	3,58	4,43	5,81	9,09
Vestuário	0,54	0,81	1,31	1,36	1,73	1,87	2,07	1,92

FONTE: IBGE – Censo Econômico 1985, Censo Industrial Paraná e Brasil 1985 e PIA 1999.

ELABORAÇÃO: IBQP-PR

OBS.: Foi desconsiderado o Gênero Indústrias Diversas, por questão de compatibilidades entre as atividades das pesquisas utilizadas.

As indústrias tradicionais e de bens de consumo não duráveis , de 1996 a 1999 apresentou pequena variação, passou de 33,17 a 33,14. A indústria de bens intermediários se estruturou de maneira crescente, em 1996 apresentava o valor de 34,24 e em 1999 42,31. E a indústria de bens de capital e consumo duráveis apresentou variações também crescentes, 22,02 e 24,55, em 1996 e 1999, respectivamente.

Por fim, verifica-se que o Paraná inseriu-se de forma satisfatória no novo modelo econômico adotado pela economia brasileira. Além da instalação de novas indústrias atraídas pelas políticas de incentivo fiscal, as empresas modernizaram-se com fortes ligações com o comércio internacional. A reestruturação empresarial alcançou resultados positivos no Paraná, criando novos postos de trabalho.

## CONCLUSÃO

A década de 1990 foi caracterizada pelas diversas transformações no âmbito mundial. Juntamente com a globalização econômica vieram novas regras impostas pelas grandes economias mundiais com a intenção de total liberalização, principalmente do comércio e fluxos de capitais, idéias básicas na nova economia pregada. Para que os países de terceiro mundo, ou como ficaram conhecidos, os mercados emergentes pudessem se inserir no mundo globalizado, a abertura tanto do comércio quanto dos fluxos de capitais eram fundamentais.

O Brasil passou por tal processo, conseguindo alcançar bons e maus resultados. Os maus resultados foram consequência dos bons. Por exemplo: o país abriu a economia para o comércio e fluxo de capitais, possibilitando a modernização do capital produtivo nacional, porém, causando a quebra de empresas incapazes de concorrer internacionalmente e a entrada de grande fluxo de capital de curto prazo ou especulativo. Estabilizou a inflação, que foi um dos grandes males da década de 1980 e início de 1990, mas, com o mais amargo remédio da política monetária, as altas taxas de juros. Mas o maior mau das políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro durante o Plano Real foi o aumento incontrolável das taxas de desemprego, causado principalmente pelas políticas acima citadas. Considerando ainda que mudanças como flexibilização de leis trabalhistas, modernização produtiva e administrativa, alteração da dinâmica do mercado de trabalho, a precarização dos postos de trabalho, dentre outras, ajudaram para que os péssimos resultados fossem atingidos.

O Paraná que sofreu durante os anos 90 uma das maiores transformações de sua história, senão a maior, recebendo investimentos estrangeiros na industrialização pesada, embora não tanto quanto o Brasil, apresentou taxas negativas de desemprego. A industrialização forçada no Estado, não foi capaz de reverter a tendência de aumento do desemprego da década. Mesmo assim, a reestruturação econômica do Estado foi base para futura melhora das estatísticas. Se o campo e a indústria desempregaram muito, o setor de serviços empregou mais acolhendo parte dos desempregados. Tal

expansão foi possibilitada pela reestruturação macroeconômica nacional a partir de 1994.

As transformações ocorridas na economia, como aumento da produtividade, por exemplo, foi o início de um novo tempo. Se os incentivos não fossem dados principalmente à industrialização pesada, mas também para as micro e pequenas empresas, talvez os resultados fossem melhores. Se os grandes investimentos em torno da RMC não deram os resultados esperados, que os novos sejam feitos no interior, consolidando as transformações econômicas estaduais.

Os primeiros passos foram dados. Se os serviços deram melhores resultados no que diz respeito ao emprego, deve-se dar maior atenção ao setor. Como já dito, micro e pequenas empresas têm a capacidade de expansão e abertura de novos postos de trabalho. Basta que as políticas econômicas sejam elaboradas com intenção de beneficiar o crescimento do setor. Com isso todo, ganha o trabalhador com novos postos de trabalho, mas principalmente o Estado e País, com o crescimento econômico esperado durante os últimos anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Estados Brasileiros – Paraná.** <<[http://www.portalbrasil.eti.br/estados\\_pr.htm](http://www.portalbrasil.eti.br/estados_pr.htm)>> Consultado em 01/12/2003 às 18:00 horas.

**IBGE.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jan. 2004.

**Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.** ANÁLISE CONJUNTURAL, v. 25, n. 7-8, jul./ago. 2003.

**Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.** Paraná: diagnóstico social e econômico. Curitiba, IPARDES, 2003.

**LIBARDI, D.; DELGADO, P..** A **Redução do Trabalho agrícola no Paraná.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 95, jan./abr. 1999, p. 27-50.

**LOURENÇO, G. M..** A **economia paranaense nos anos 90 - um modelo de interpretação.** Curitiba. Ed. do Autor, 2000.

**MERCADANTE, ALOIZIO.** **Plano Real e neoliberalismo tardio.** In: MERCADANTE, A (Org.). O Brasil pós-real: uma política econômica em debate. Campinas (SP); UNICAMP, 1997.

**MOTIM, B. M. L; FIRKOWSKI, O. L. C. F.; ARAÚJO, S. M. P..** **Indústria automobilística no Paraná: implicações sobre o emprego e as relações de trabalho.** In: NABUCO, M. R.; NEVES, M. A.; CARVALHO NETO, A. M.. DP&A. Rio de Janeiro, 2002, p. 365-395.

**M, POCHMANN.** O emprego na globalização. São Paulo (SP): Boitempo, 2001.

**NOJIMA, D..** **Considerações sobre produtividade e geração de emprego na indústria paranaense nos anos recentes.** Análise Conjuntural, v. 17, n. 11-12, nov./dez. 1995, p. 9-15.

**NOJIMA, D..** **Reação lenta do nível de atividade.** ANÁLISE CONJUNTURAL, v. 19, n. 7-8, jul./ago. 1996, p. 17-18.

**PIB do Paraná – Engodos e Controvérsias.** <<<http://www.fayet.com.br/2001pibparana.htm>>> Consultado em 01/12/2003 às 18:10 horas.

**QUADROS, W.; POCHMANN, M.** **Transformações recentes no padrão de emprego regular urbano: síntese do panorama nacional e regional.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 90, jan./abr. 1997, p. 15-29.